



Haitianos no Brasil: da entrada indocumentada pela Amazônia à inserção precarizada no mercado laboral¹

Haitians in Brazil: from undocumented entry via the Amazon to precarious insertion into the labor market

Letícia Helena MAMED²

Resumo: O artigo sintetiza resultados parciais de pesquisa realizada no contexto da Amazônia brasileira, especialmente na região da Amazônia Sul Ocidental (Estado do Acre), a principal porta de entrada de imigrantes haitianos no país, de 2010 a 2015. Por considerar que o caso lança luz sobre o contexto do trabalho e das migrações no Brasil e no mundo contemporâneo, o objetivo é a apresentação da experiência de campo acumulada desde o momento inicial de acompanhamento desse processo, para posteriormente discutir, com base no acervo de referências empíricas e teóricas da sociologia crítica do trabalho, o panorama de inserção desses imigrantes no mercado laboral brasileiro.

Palavras-chave: Migração – Brasil. Haitianos – Migração – Acre (Estado). Trabalho – Aspectos sociais – Acre (Estado).

Abstract: The article summarizes partial results of research carried out from 2010 to 2015 in the context of the Brazilian Amazon, especially in the region of South West Amazon (Acre), the main point-of-entry of Haitian migrants into the country. Considering that this case sheds light on the context of work and migration in Brazil and in the contemporary world, the goal is the presentation of the accumulated experience in the field from the initial monitoring of this process. Afterwards there will be discussions about the picture of integration of these immigrants into the Brazilian labor market based on the collection of empirical and theoretical references of critical sociology of work.

Keywords: Migration – Brazil. Haitians – Migration – Acre (State). Work – Social aspects – Acre (State).

Submetido em: 3/11/2016. Aceito em: 21/12/2016.

Introdução

Os apontamentos aqui apresentados decorrem de pesquisa de tese sobre o recente fluxo de haitianos, oriundos da periferia do capitalismo mundial, que aportaram na Amazônia brasileira, principalmente na região da Amazônia Sul Ocidental (Estado do Acre), no período de 2010 a 2015, na condição de indocumentados, vítimas de redes de contrabando de migrantes, em busca de uma vida socialmente digna e cuja tendência predominante tem sido a ocupação na linha de produção da agroindústria da carne no país³.

¹ Versão atualizada e sintetizada da exposição feita pela autora durante sua participação como debatedora na mesa “Migrações no Haiti e migrantes haitianos no Brasil”, durante o 4º Encontro Internacional e 11º Encontro Nacional de Política Social - "Mobilidade do capital e barreiras às migrações: desafios à Política Social", em junho de 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), em Vitória (ES).

² Professora de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (Ufac, Rio Branco, Brasil). Rodovia BR 364, Km 04, s/nº, Distrito Industrial, Rio Branco (AC), CEP. 69920-900. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, Brasil), com bolsa do Programa Federal de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral/Capes/Ufac, Rio Branco, Brasil). E-mail: <leticiamamed@gmail.com>.

³ Súmula da pesquisa de tese da autora, desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes (Unicamp).

Após percorrerem a rota Haiti-Brasil, endividados e transtornados, os haitianos eram recebidos no Acre em um acampamento público, de estrutura inédita na região e talvez no Brasil, mas similar aos que atualmente se organizam no mundo em razão da crise de refugiados. Nesse local, mantido pelos governos federal e estadual, se concentrava a estrutura do serviço de acolhimento, alimentação e orientação aos recém-chegados. Ponto de referência e endereço do desembarque diário de dezenas de imigrantes, o acampamento conduzia a regularização e a preparação deles como força de trabalho apta a seguir viagem e a ingressar, de modo particularmente precarizado, no mercado laboral brasileiro.

A análise preliminar da pesquisa em curso vem possibilitando o diagnóstico do perfil social dos haitianos que cruzaram a fronteira amazônica; a dinâmica organizacional das redes que os conduziram; e a identificação preliminar das repercussões sociais desse processo na região e no país. Em que pese o imprevisto e as limitações da assistência aos grupos recebidos, a atuação do Estado brasileiro ante o fenômeno confirma o entendimento de que o imigrante só assume sentido pelo trabalho, devendo ser funcional aos setores produtivos, pois este é o horizonte integrativo na concepção da sociedade que hospeda (SAYAD, 1998). A estrutura de acolhimento e serviços públicos, moldada ao longo de cinco anos de trânsito deles pela região, revela, pois, uma atuação do Estado como mediador necessário ao circuito estruturado de mobilidade e organização da força de trabalho a ser oferecida ao capital (GAUDEMAR, 1977).

A estruturação da migração haitiana para o Brasil e a rota pela Amazônia

Na história do Haiti, os fluxos migratórios contribuíram para a reprodução e transformação de sua sociedade. A tradição migratória já integrava o contexto sócio-histórico do país, quando o terremoto de 12 de janeiro de 2010 acrescentou motivos para deixá-lo, de maneira que se amplificaram tanto os fluxos internos quanto os externos à ilha caribenha (HANDERSON, 2015; JACKSON, 2013). As remessas enviadas por familiares que vivem no exterior tornaram-se, por exemplo, mais essenciais à reconstrução dos que se mantiveram no país. Mas antes de se pontuar a ocorrência do fenômeno socioclimático, é fundamental reconhecer que o Haiti está posicionado no curso das reformas econômicas neoliberais implementadas em grande parte dos países da periferia capitalista, que tendem a restaurar padrões coloniais de exploração (SEGUY, 2014b).

Com uma formação social, política e econômica bastante particular, o Haiti passou de colônia mais rica a país mais pobre das Américas nos dias atuais, circunstâncias que, em convergência com situações de desastres, têm reforçado os fatores que configuram a intensa mobilidade de seus nacionais. Os regimes escravocratas, as ditaduras militares e as intervenções internacionais no país, instauraram caos político, espoliação, extorsão, violência e um profundo abismo entre o Estado e a população local, cuja consequência direta tem sido a fuga e a dispersão de haitianos pelo mundo (HALLWARD, 2006).

Como parte desse processo, desde 2004 o Haiti vem sendo conduzido oficialmente por instituições internacionais, lideradas pela Organização das Nações Unidas (ONU). No plano econômico, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) definiu as estratégias, com foco em projetos de zonas francas (SEGUY, 2014a; DESROSIERS, 2014). Essa atuação externa fortaleceu-se a partir da concepção e atuação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que corresponde à oitava missão da ONU no país, definida para

atuar por seis meses, a partir de junho de 2004, mas que vem sendo continuamente ampliada, sob liderança do Exército Brasileiro (CARREIRO, 2009; KÜHN, 2006).

O fluxo regular de haitianos para o Brasil, entrando pela fronteira da Amazônia acreana, data de dezembro de 2010, ao final do mesmo ano em que ocorreu o sismo, com intensificação registrada no período de 2011 a 2015. Nesse momento, o anseio de escapar das restrições econômicas e sociais imperativas do Haiti, conjugou-se com um cenário favorável no Brasil. De acordo com a morfologia social do trabalho no capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2006, 2013, 2014) e conforme o quadro atual de migrações internacionais com referência ao Brasil (BAENINGER; ANTICO, 1996; PATARRA, 2006), desde a década de 1980, o ingresso de estrangeiros no país tem sido marcado principalmente por grupos oriundos de contextos periféricos do capitalismo, compostos por latino-americanos, asiáticos, africanos, incluindo refugiados políticos de diferentes nacionalidades e em diversas circunstâncias.

Em virtude das dificuldades para acessar os países do capitalismo central, na América do Norte e Europa, esses imigrantes fizeram do Brasil a referência para sua acolhida. As parcerias que o governo, organizações não governamentais e empresas brasileiras vêm firmando no Haiti em projetos de desenvolvimento concorreram fundamentalmente para esse direcionamento. Justamente a partir da liderança da Minustah, ao compartilhar com a população local referências e símbolos socioculturais, o Brasil se tornou atrativo para os residentes da ilha caribenha (KÜHN, 2006; MAMED; LIMA, 2015; MAMED, 2016).

Dessa forma, ainda que não fosse o destino preferencial, o Brasil passou a ocupar posição central no fluxo haitiano e a presença deles no país ampliou-se continuamente após 2010. Conforme os números do Governo do Estado do Acre, em um período de cinco anos, até dezembro de 2015, contabilizou-se a passagem de 43.558 imigrantes pelo abrigo público, dos quais 37.864 eram haitianos (ACRE, 2015). Já de acordo com dados parciais da Polícia Federal brasileira, em 2015, quase 120 mil estrangeiros ingressaram no país, sendo os haitianos os líderes do *ranking* de chegada pelo segundo ano consecutivo: no ano de 2011, registrou-se o ingresso de 481, ao passo que em 2015 o número foi de 14.535, um aumento de mais de 30 vezes. Segundo o órgão, a nacionalidade haitiana é a que mais se destaca pelo crescimento contínuo nos últimos cinco anos (VELASCO; MANTOVANI, 2016). Logo, ao mesmo tempo em que o Brasil se tornou um dos destinos mais procurados pelos haitianos (FERNANDES, 2014), em 2013 esse grupo passou a ser a principal nacionalidade estrangeira no mercado formal de trabalho do país, com 14.579 pessoas, posição que foi reconfirmada em 2014, com 17.577, e em 2015, com 33.154 (CAVALCANTI et al., 2014; 2015; 2016).

A quase totalidade dos que chegaram ao país através do Acre era indocumentada e vítima das redes, compostas por informantes, aliciadores e coíotes. Esses agentes eram, em geral, equatorianos, peruanos e brasileiros, incluindo também os próprios haitianos, que atuavam estrategicamente nos diversos países e localidades por onde se estabelecia a rota. O deslocamento normalmente incluía viagens de barco ou avião do Haiti para o Panamá e Equador, para depois se dirigirem de carro ou ônibus até o Peru, país de acesso aos estados brasileiros do Amazonas e do Acre. Até 2013, foram consolidadas duas principais rotas de entrada de haitianos no Brasil, sendo uma pela cidade de Tabatinga, no Amazonas, e outra por Assis Brasil, no Acre.

Na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia, a cidade de Tabatinga possui cerca de 50 mil habitantes e representou uma das portas de entrada, mas de fluxo variável e menor. Esse caminho era especialmente difícil pela disposição geográfica, distância da cidade em relação a capital do Estado, Manaus, e a carência de serviços de assistência e proteção por parte do poder público e de organizações não governamentais (COSTA, 2016; SILVA, 2014; VÉRAN; NOAL; FAINSTAT, 2014), o que tornou inconstante o uso dessa rota.

Já na região da Amazônia Sul Ocidental, na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, a cidade acreana de Assis Brasil foi o palco do fluxo mais constante e consolidado, sendo a principal porta de entrada de haitianos no país entre 2010 e 2015. O eixo estrutural dessa rota é a Interoceânica, estrada binacional que assegura a ligação terrestre do oceano Pacífico, no litoral sul do Peru, ao oceano Atlântico, no noroeste brasileiro, através do Acre. Ambicioso projeto da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e custeada por organismos financeiros internacionais, a rodovia passou a funcionar plenamente em dezembro de 2010, viabilizando a chegada dos primeiros grupos de imigrantes ao Acre.

A viagem do Haiti ao Brasil tinha uma duração média de 15 a 20 dias, podendo, em alguns casos, se estender até mais de um mês. Por ela os imigrantes pagavam, em média, de US\$ 2 a 5 mil pela jornada em grupos até o Acre. O trecho pelo território peruano aparece indicado pelos entrevistados como o mais longo e perigoso, em razão das práticas de extorsão contra eles, perpetradas por agentes da polícia peruana, associados a coiotes e motoristas, que integravam a rede de contrabando e corrupção, assegurando a dinâmica migratória pela região. Em relatos pontuais sobre a viagem, imigrantes lembraram que nesse trecho muitos se tornavam vítima de roubo, cárcere, espancamentos, estupros e até mortes, situação que era agravada pelo desconhecimento da rota, do idioma local e especialmente pela condição de indocumentados. Assim, ao chegarem ao Acre, muitos apresentavam problemas de saúde decorrentes da longa viagem e estavam psicologicamente transtornados pela violência sofrida no caminho (FERRAZ; PRADO, 2014; MACHADO, 2012; MAMED, 2016).

O acampamento de imigrantes do Acre

Ao chegarem à fronteira brasileira, sem perspectiva de ocupação na região e sem dinheiro para prosseguir até os grandes centros do país, os imigrantes eram acolhidos em um complexo de serviços do Estado, estruturado em parceria pelos governos estadual e federal. O núcleo disso era o local que servia de acampamento aos imigrantes e passou por vários endereços na região de fronteira do Acre com o Peru e a Bolívia, nas cidades gêmeas de Brasileia e Epitaciolândia (a 230 km da capital Rio Branco), pois precisou ser cada vez maior em virtude da demanda de estrangeiros recebidos.

Na região fronteira, o lugar onde permaneceu por mais tempo, entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, o acampamento funcionava em condições improvisadas e insalubres. A permanência diária no local girava em torno de 500 e 1000 pessoas, sendo que a sua capacidade era para apenas 200 ou no máximo 300. Em abril de 2014, o acampamento foi transferido para a capital acreana. Até a finalização da pesquisa de campo no Acre, em dezembro de 2015, o lugar que serviu de acampamento era uma chácara privada, a 10 km de distância do centro de Rio Branco. Com estrutura mais ampla, o espaço superava os anteriores, mas essa

condição era suplantada pelos problemas decorrentes de um cenário de superlotação, como falta de água para beber, fossas e vasos sanitários entupidos, colchões velhos e sujos, espaço deteriorado e insuficiente para acomodar o fluxo intermitente. Nesse local a pesquisa acompanhou o esforço institucional para que o número de abrigados não ultrapassasse o limite de 200 pessoas, meta que se buscava atingir com a organização de viagens de grupos, em ônibus fretados, que saíam diariamente do abrigo acreano com destino às cidades de São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Em todos os locais que serviram de acomodação aos imigrantes, o improvisado era uma das características mais notáveis, agravada pela tendência de superlotação. O momento das refeições era especialmente ilustrativo do contexto de sobrelevado aviltamento da condição dos imigrantes. Embora as equipes encarregadas da gestão do local procurassem organizar a distribuição das refeições, com adoção de um cartão de controle e ordenação de filas, essa era uma ocasião de tensão no cotidiano do acampamento, pois a superlotação ensejava demora e temor pela falta de alimentos. As quentinhas eram servidas sem a distribuição de talheres, razão pela qual os imigrantes transformavam a tampa do marmitex em uma espécie de espátula para manipular a comida, quando não acabavam comendo com as próprias mãos.

A disposição de desgastados colchões diretamente no chão, amontoados uns sobre os outros, em contato direto com o piso, expostos a todo tipo de sujeira, restos de comidas, poeira, acúmulo de água e animais, sempre foi o cenário predominante. Ainda que se tentasse organizar o local, delimitando a área para refeições, banho, sanitários e dormitórios, no dia a dia, a intensa demanda ante uma estrutura limitada, onde não havia distribuição de material de limpeza e higiene pessoal, fazia com que esses ambientes logo se tornassem insalubres e fétidos, propícios à proliferação de doenças. Associava-se a isso a sobrecarga térmica da região amazônica, fazendo com que diarreias, resfriados e demais patologias virais fossem as principais queixas dos imigrantes (MAMED, 2016).

Após a recepção e cadastro realizados pela equipe administrativa do acampamento, os imigrantes recebiam as instruções sobre o procedimento de regularização e a retirada da documentação mínima para transitar e trabalhar no Brasil. Essa documentação, via de regra, ficava pronta em um prazo de 5 a 20 dias, tornando-os aptos a seguir viagem⁴. Durante os 10 períodos de observação realizados nos acampamentos, a pesquisa registrou que, mesmo com a documentação em mãos, a maior parte deles permanecia no local aguardando o dia da via-

⁴ Conforme estabelece a Resolução nº 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), no caso da comunidade haitiana, a política migratória brasileira atua de modo bastante específico. Mediante o pedido de refúgio feito na Polícia Federal, essa norma assegura a eles a concessão de um visto especial de residência por questões humanitárias, com validade de cinco anos, podendo ser renovado se provada a condição trabalhista regular no país (BRASIL, 2012). Desse modo, os haitianos contavam com certa celeridade na regularização da sua situação e com o protocolo do pedido de refúgio humanitário em mãos, faziam a retirada do Cadastro de Pessoa Física (CPF), assim como a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), em até uma semana. Por outro lado, os imigrantes de outras nacionalidades também faziam solicitação de refúgio, mas como eles não eram cobertos pela norma destinada ao caso haitiano, os seus processos seguiam o trâmite convencional da polícia, durando cerca de 10 a 20 dias para que tivessem acesso ao protocolo do pedido e conseguissem dar prosseguimento à retirada dos outros documentos. Em virtude disso, além das diferenças econômicas, culturais e religiosas bem demarcadas entre os grupos, havia um fator de ordem política que distinguia os haitianos dos demais, contribuindo para o acirramento das relações entre eles.

gem nos ônibus fretados pelo governo, ou a chegada de empresas que os recrutavam para levar ao Centro-Sul do país. Eventualmente, quando conseguiam receber algum recurso enviado pela família que ficou no Haiti ou por parentes e amigos que já estavam trabalhando em alguma parte do mundo, em redes de contatos, eles próprios organizavam a saída do Acre.

De acordo com o Governo do Acre, nos anos de 2010, 2011 e 2012, os números de ingresso foram de 37, 1.175 e 2.225 imigrantes, respectivamente. Esse número se exacerbou nos anos de 2013 e 2014, quando 10.779 e 14.333, respectivamente, chegaram até a região. A tendência de crescimento continuou até meados de 2015, mas desde então os números de entrada diminuíram e o ano fechou com o registro da passagem de 9.315 pessoas pela fronteira acreana. Somando-se os imigrantes de outras nacionalidades que chegaram pela mesma rota, o número total é de 43.558 (ACRE, 2015).

Até o ano de 2012, os grupos eram compostos, em sua quase totalidade, por haitianos homens e jovens, com idade entre 20 e 35 anos, e não havia tanta regularidade no fluxo. Entretanto, de 2012 a 2015, as nacionalidades dos grupos se diversificaram e eles passaram a ser compostos, além de homens, por mulheres (com filhos e/ou gestantes), crianças, adolescentes, pessoas mais velhas (acima de 40 anos) e famílias. Eles também assumiram uma regularidade, com a chegada média de 30 a 50 migrantes, por dia, ao acampamento. De modo geral, o público recebido e abrigado nesse período era composto de 80% de homens, 15% de mulheres e 5% de crianças.

Conforme as histórias de vida relatadas à pesquisa, os homens chegavam ao Brasil graças a um investimento feito por toda família, que elegia um membro jovem para tentar trabalhar e estudar no país, e posteriormente ser capaz de receber outros parentes. Por sua vez, as mulheres, acompanhadas ou não dos filhos, na maioria dos casos, chegavam com a expectativa de ir à cidade na qual seus parentes ou companheiros já estavam trabalhando. Vários eram os mecanismos utilizados para reunir os recursos financeiros destinados ao pagamento da viagem e do serviço das redes: a) a família solicitava ajuda financeira dos parentes que moram fora do país, como Estados Unidos, França ou já no Brasil; b) buscava recursos por meio da venda do que existisse de bens na família, como residência ou propriedade rural, ou recorria a financiamentos, com a hipoteca desse eventual bem; c) também apelava a empréstimos com redes de agiotagem.

Independente da forma empregada, o fato é que o imigrante haitiano chegava ao Brasil com a necessidade imperiosa de trabalhar para quitar o endividamento contraído e enviar remessas para a sobrevivência dos familiares que permaneceram na terra natal. Nesse processo, o Estado haitiano torna-se diretamente favorecido, em virtude do importante fluxo econômico de remessas expedidas pelos nacionais que saem do país aos seus parentes. Essas remessas superam, por exemplo, as exportações haitianas, sendo ele o oitavo país mais dependente de despachos externos do mundo, algo que representa entre 20 e 25% do seu Produto Interno Bruto (PIB) (MAMED, 2016).

A consolidação da rota migratória inaugurada pelos haitianos até o Acre favoreceu a chegada de imigrantes de outros países ao acampamento montado na região, de modo que 17 diferentes nacionalidades, além do Haiti, possuem passagem registrada no local: Bahamas (01),

Bangladesh (03), Colômbia (22), Costa do Marfim (01), Cuba (09), Equador (05), França (02), Gâmbia (14), Gana (10), Mauritânia (01), Namíbia (01), Nigéria (14), República Dominicana (410), República dos Camarões (03), Senegal (5.196), Serra Leoa (01) e Togo (01) (ACRE, 2015).

Ainda que as rotas percorridas até a América do Sul fossem diversas, em todas as conversas e entrevistas da pesquisa com as diferentes nacionalidades, os imigrantes evidenciaram ter realizado a viagem a partir do contato com as redes, que os indicavam o caminho de acesso ao Brasil via Acre como o mais adequado. Dentre eles se destacam os advindos do continente africano, especialmente os senegaleses, cujo número cresceu de modo considerável a partir de 2013, fazendo desse o segundo maior grupo de estrangeiros presentes no Acre. Contudo, embora a viagem e a chegada assumissem as mesmas características gerais e todos fossem recebidos igualmente no acampamento, a convivência entre eles nem sempre era cordial e solidária.

No espaço, o contato diário entre distintas nacionalidades, principalmente nos momentos de superlotação, sempre exigiu atenção redobrada da administração, que em algumas ocasiões chegava a requisitar reforço policial para o interior do local. Os grupos se mantinham distanciados, inclusive fisicamente. Os caribenhos e latinos ocupavam as áreas mais coletivas, ao passo que os africanos, principalmente os senegaleses, definiam no local um território específico para o seu grupo. Havia diferenças econômicas, culturais e religiosas entre eles e, conforme já pontuado, quando a lotação do abrigo era excessiva, a tensão se tornava mais notável. O receio pela falta de água, comida, espaço e atenção gerava constantes tumultos e desentendimentos. A própria concorrência por vagas de trabalho, quando empresas visitavam o acampamento, ou por vagas nos ônibus que os transportavam, os afligia e os colocavam em disputa entre si.

As perspectivas para o migrante haitiano no Brasil

Ao longo dos cinco anos de fluxo pela região, é importante registrar as mudanças processadas com relação ao perfil social dos haitianos recebidos. Entre 2010 e 2011, primeiros anos do fluxo, embora apresentassem uma origem familiar rural, eles provinham, na maioria dos casos, das áreas urbanas e mediações da cidade de Porto Príncipe, epicentro do terremoto de 2010. No entanto, nos últimos três anos, esse perfil se diversificou e pelo Acre ingressaram pessoas das mais diferentes cidades e regiões do país, muitas declaradas de origem rural e não afetadas pelo sismo. Também é importante lembrar que boa parcela dos haitianos que chegaram ao Brasil declarava viver e trabalhar na República Dominicana, onde são comuns os casos de racismo e privação de direitos praticados contra eles. Alguns deles nasceram na própria República Dominicana, tendo ascendência haitiana.

Com relação à escolaridade e à formação profissional, nos primeiros anos de fluxo, muitos declaravam possuir experiência laboral e formação equivalente ao Ensino Superior e a Pós-graduação no Brasil. Posteriormente sobressaiu entre eles a característica da reduzida escolaridade, equivalente aos níveis Fundamental e Médio brasileiros. Do ponto de vista da experiência e das habilidades profissionais, a maioria informava conhecer atividades agrícolas e já ter atuado na construção civil e no comércio informal (MAMED, 2016).

De acordo com os registros do governo do Acre e os cadernos de campo da pesquisa, nos cinco anos de atendimento prestado aos imigrantes, inúmeras empresas estiveram no Acre para recrutá-los, algumas mais de uma vez. As que mais se destacaram nesse processo foram as do setor agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além das de construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza, estabelecidas principalmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Mato Grosso (ACRE, 2013, 2014, 2015).

O perfil do estrangeiro escolhido por essas empresas era bastante específico: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência laboral. Os imigrantes sem esse perfil tinham mais dificuldades de recrutamento, como era o caso dos idosos, doentes e mulheres com filhos. Os aspectos referentes à preparação deles como força de trabalho e sua contratação, sempre revelaram algumas características importantes sobre a seleção e a organização do trabalhador imigrante no Brasil. Paralelamente à estruturação do acampamento como organização necessária ao acolhimento e a regularização dos que chegavam pelo Acre, o MTE e a Secretaria Geral da Presidência da República estabeleceram redes de contatos com empresários para divulgar a disponibilidade desses trabalhadores no espaço acreano, de acordo com o perfil deles cadastrado, incentivando a sua contratação. Feito isso, as empresas interessadas passaram a se direcionar ao Acre (MAMED, 2016).

Em campo, foi possível observar que o anúncio da chegada de uma firma era motivo de grande estímulo para os imigrantes, que prontamente se disponibilizam a participar dos processos de seleção realizados por elas, pois isso os aproximava do sonho de começar a trabalhar e refazer a vida no Brasil. Essa prática predominou até abril de 2014. Nessas ocasiões, os imigrantes adequados ao perfil desejado por elas, formavam longas filas e eram, um a um, entrevistados. No processo de triagem se verificava, por exemplo, o porte físico do imigrante, buscando avaliar a espessura de suas mãos e canelas, o que indicava, segundo o contratante, se a pessoa estava ou não acostumada com o trabalho pesado. Também se observava a condição da pele e até a genitália do trabalhador, para identificar maior ou menor disposição física dele para a atividade braçal (MAMED; LIMA, 2015; MAMED, 2016).

A empresa definia com o imigrante um contrato provisório pelo período de 45 dias, com remuneração de um salário mínimo mensal e possibilidade de renovação por mais 45 dias. Após os 90 dias de experiência é que a empresa decidia a permanência ou não do funcionário no seu quadro. Finalizada a seleção e organizada a viagem, eles partiam em ônibus fretados pelas empresas com destino aos seus futuros locais de trabalho. Importante ressaltar, ainda, que em muitos casos, na cidade onde se fixaram, os imigrantes foram alojados em uma residência administrada pela própria empresa, de maneira que a rotina de trabalho e a vida do novo operário era ordenada e controlada diretamente.

A lógica de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo é que fornece as pistas necessárias para a compreensão dialética do movimento histórico de haitianos pelo mundo, assim como acontece agora em relação ao Brasil. Isso significa reconhecer que as raízes do deslocamento internacional de trabalhadores estão assentadas nas relações de força e nos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades de desenvolvimento socioeconômico, internamente e entre os Estados-Nação (BASSO, 2013). Nessa perspectiva, o fluxo desses contingentes humanos rumo aos países centrais e mais recentemente ao Brasil aparece

como necessidade do capital (HARVEY, 2011), o que historicamente resulta em compressão para rebaixamento do salário da classe trabalhadora nos lugares e contextos de ingresso, em decorrência da ampliação do exército industrial de reserva, que, por sua vez, reforça as estruturas de controle social. Com essa renovada pressão econômica e social, a acumulação capitalista tende a ser calibrada e impulsionada (CHOSSUDOVSKY, 2003).

Considerações finais

A experiência de campo e as pontuais reflexões de pesquisa aqui sintetizadas buscaram apresentar os contornos gerais do trânsito de trabalhadores haitianos para o Brasil, via Amazônia Sul Ocidental, considerando a inédita experiência de um acampamento público de imigrantes no Estado do Acre, estruturado com o propósito articulado de receber, alimentar, documentar e preparar um perfil de força de trabalho demandada nos últimos cinco anos por setores aquecidos da indústria nacional. A partir da configuração de uma rota pioneira, de trajeto longo, segmentado e elevado custo, percorrida sob a coação de redes de contrabando, a chegada desses imigrantes indocumentados, em condições de profunda vulnerabilidade, grande volume e curto espaço de tempo, impactou a sociedade local e desafiou a capacidade governamental para sua assistência, em um contexto de competição generalizada por recursos públicos.

O caso particular dos haitianos aqui exposto substancia o modo pelo qual o modo de produção capitalista, em seu movimento global, vem gestando massas de desempregados submetidos a condições de extrema precariedade e pobreza, que se deslocam compulsoriamente em busca de estratégias de sobrevivência além das fronteiras nacionais. Sob a óptica do trabalho, compreende-se que, pelas circunstâncias em que aconteceu a saída de sua terra, a viagem migratória, a chegada ao Acre e a maneira como isso foi gerenciado política e economicamente pelo Brasil, esse fluxo de haitianos vem representando um padrão precário de inserção no mercado de trabalho brasileiro (VILLEN, 2015).

Isso se justifica porque a condição de imigrantes pobres, negros, indocumentados ou documentados provisoriamente, sem conhecimento da língua e baixa escolaridade, são características dos haitianos que passaram a incidir na própria divisão do trabalho. Nesse caso, conforme os mapeamentos já realizados, o acesso deles tem sido a atividades na agroindústria, com destaque para o setor de frigoríficos, construção civil, indústria têxtil, trabalho doméstico e serviços em geral (CAVALCANTI et al., 2014; 2015; 2016), em ocupações de baixa qualificação e marcadas pela superexploração, por envolverem tarefas manuais, braçais, perigosas e insalubres, reduzidos salários e longas jornadas, além de, em alguns casos, serem terceirizadas e informais.

Desse modo, ao se analisar o fenômeno que se desdobrou a partir da fronteira amazônica, é preciso suplantarmos a perspectiva da generosidade estatal invocada pela ação de acolhida e concessão de vistos humanitários para avançar na crítica estrutural e histórica, a fim de localizar os fatores determinantes da crise que desencadeiam a dispersão desses trabalhadores pelo mundo e condiciona a sua trajetória laboral rumo ao Brasil, contexto produtivo desigual e combinado, de tendência estrutural à exploração redobrada do trabalhador (MARINI, 2000). Portanto, que os elementos até então evidenciados e que os desdobramentos futuros das investigações em curso cumpram o objetivo de iluminar o debate sobre as transforma-

ções recentes no mundo do trabalho e o papel da força de trabalho imigrante neste atual contexto.

Referências

ACRE (Estado). SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, 2015.

ACRE (Estado). SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL; SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, 2014.

ACRE (Estado). SECRETARIA DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **Relatório parcial de atendimento humanitário aos imigrantes presentes no Estado do Acre**. Rio Branco, 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil I**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BAENINGER, Rosa; ANTICO, Cláudia. Questões decorrentes da emergência da migração internacional no Brasil. In: PATARRA, Neide Lopes (Org.). **Migrações internacionais: herança XX, agenda XXI**. v. 2. Campinas: FUNAP, 1996. p. 259-268.

BASSO, Pierre. Imigração na Europa. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 29-53.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Conselho Nacional de Imigração – CNIg. **Resolução Normativa nº 97. Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti**. Brasília (DF): 12 jan. 2012, Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 10 out. 2014.

CARREIRO, Marcelo. Brasil no Haiti: o desastre da Minustah. **Revista Eletrônica Tempo Presente**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 2, 2009.

CAVALCANTI, Leonardo et al. (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2016**. Observatório das Migrações Internacionais - OBMigra; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo et al. (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2015**. Observatório das Migrações Internacionais - OBMi-gra; Ministério do Trabalho e Previdência Social/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMi-gra, 2015.

CAVALCANTI, Leonardo et al. (Orgs.). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2014**. Brasília (DF): Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais - OBMi-gra, 2014.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Globalização da pobreza e a nova ordem mundial**. Lisboa: Caminho, 2003.

COSTA, Gelmino. Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. **Cadernos de Migração**, São Paulo (SP), Centro de Estudos Migratórios (CEM), n. 8, 2016.

DESROSIERS, Michaëlle. **Trabalho, mulheres negras e zonas francas no Haiti: o “empresariado humanitário” neocolonial em movimento**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia)– Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2014.

FERNANDES, Duval (Coord.). **Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral** [Relatório final de pesquisa]. Belo Horizonte: Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Ministério do Trabalho e Emprego, Organização Internacional para Migração, 2014.

FERRAZ, Lucas; PRADO, Avenir. Rede de coíotes controla tráfico de haitianos ao país. **Folha de São Paulo**, São Paulo (SP), 27 mai. 2014. Cotidiano. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1460493-rede-de-coiotes-controla-traffic-de-haitianos-ao-pais.shtml>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1977.

HALLWARD, Peter. Opção zero no Haiti. In: SADER, Emir (Org.). **Contragolpes**. Tradução de New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 219-242.

HANDERSON, Joseph. **Diáspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JACKSON, Regine. **Geographies of the Haitian diaspora**. New York: Routledge, 2013.

KÜHN, Adriana. **Guerra e persuasão**: estudo de caso da operação psicológica do Exército Brasileiro no Haiti. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)-Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MACHADO, Altino. Haitianos relatam que encontraram corpos em decomposição durante fuga para o Brasil, diz antropóloga. **Terra Magazine - Blog da Amazônia**, São Paulo, 5 jan. 2012. Disponível em:

<<http://noticias.terra.com.br/brasil/blogdaamazonia/blog/2012/01/05/haitianos-relatam-que-encontraram-corpos-em-decomposicao-durante-fuga-para-o-brasil-diz-antropologa/>>.

Acesso em: 10 ago. 2013.

MAMED, Letícia H. Haitianos na Amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Revista Ruris**, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v. 10, n. 1, p. 73-111, mar. 2016.

MAMED, Letícia H; LIMA, Eurenice O. Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Revista Novos Cadernos NAEA**, Belém: Universidade Federal do Pará, v. 18, n. 1, p. 33-64, jan./jun. 2015.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência** - uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: Clacso, 2000.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 03, p. 23-33, set. 2006.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGUY, Frank. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a reconstrução do Haiti**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 2014a.

SEGUY, Frank. Para compreender a reconstrução do Haiti. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 22, p. 79-108, 2º. sem. 2014b.

SILVA, Paloma Karuza Maroni da. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2014.

VELASCO, Clara; MANTOVANI, Flávia. Em 10 anos, número de imigrantes aumenta 160% no Brasil, diz PF. **G1 - Mundo**. São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/em-10-anos-numero-de-imigrantes-aumenta-160-no-brasil-diz-pf.html>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

VÉRAN, Jean-François; NOAL, Débora da Silva; FAINSTAT, Tyler. Nem refugiados, nem migrantes: a chegada dos haitianos à cidade de Tabatinga (Amazonas). **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p.1007-1041, 2014.

VILLEN, Patrícia. **Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e a atual configuração polarizada**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

Letícia Helena Mamed

Professora de Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre (Ufac, Rio Branco, Brasil). Membro do grupo de pesquisa Mundos do Trabalho na Amazônia (Ufac-CNPq). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, Brasil), com bolsa do Programa Federal de Formação Doutoral Docente (Prodoutoral/Capes/Ufac, Rio Branco, Brasil).
